

# Um poder ameaçado

TARCÍSIO HOLANDA JORNAL DE BRASÍLIA

É inegável que o Congresso Nacional nunca enfrentou uma situação de tanto descrédito público, quanto a de hoje em dia. Práticas políticas e administrativas e até hábitos que não se coadunam com a ética condenaram a instituição a um processo corrosivo de sua imagem pública. A tudo isso se somou a perda de vontade política da parte dos seus membros em mudar o conceito desfavorável, o que tem contribuído para o enfraquecimento da instituição como um dos poderes do Estado.

Não obstante os pesares, poucos reconhecem que o Congresso faz um grande esforço quando cortou na própria carne, entregando ao patíbulo algumas de suas mais ilustres cabeças, depois do escândalo do Orçamento. Nenhuma instituição nacional, ao que se saiba, chegou a tanto, punindo seus próprios integrantes, como fez o Congresso, depois de um eficiente trabalho de investigação da chamada CPI do Orçamento.

O processo de autodepuração política em nada contribuiu para a reabilitação do Congresso perante a opinião pública. O cidadão comum continua a torcer o nariz para a instituição e seus integrantes. Há os que são a favor da instituição e contra os seus membros e os que são a favor de alguns parlamentares e contra a instituição. Mesmo assim, o Congresso é a mais importante instituição do sistema democrático, aquela sem cuja existência não existe regime de liberdades públicas.

Chegou a tal ponto a falta de vontade política dos congressistas, que não se nota qualquer esforço para promover o fortalecimento da Casa. E o seu enfraquecimento, hoje, não decorre, apenas, da deteriorização de sua imagem pública. O Poder Legislativo entrou em

um processo de perda de poder em seu próprio campo, o Legislativo, desde que transferiu ao Poder Executivo a competência de legislar.

A instituição das medidas provisórias e o evidente desleixo de uma parcela significativa de integrantes dos seus membros se encarregaram de condenar a instituição à própria demissão de sua principal e mais nobre prerrogativa. Como não se reúne com a frequência que devia, o Congresso deixa de apreciar as medidas provisórias, atribuindo ao Poder Executivo soma de poderes que chega a ser inquietante para os verdadeiros democratas, na medida em que gera uma clara anomalia de natureza institucional.

Como o Congresso não se preocupou em disciplinar a edição das medidas provisórias por parte do Poder Executivo, cumprindo o mandamento constitucional, o Presidente da República tem poderes para reeditar as MPs indefinidamente. A omissão dos congressistas gera uma disforme hipertrofia do Poder Executivo, ao mesmo tempo em que condena o Congresso à posição de mero expectador do processo legislativo, no qual teria de desempenhar necessariamente o papel de ator principal.

O desprestígio e o enfraquecimento da instituição chegaram a tal ponto que um burocrata de terceiro escalão, o secretário do Tesouro, recusou-se a liberar parcelas do Congresso no Orçamento da União para pagamento dos próprios parlamentares. Uma decisão gravíssima que, em condições normais, sujeitaria o Governo a responder por crime de responsabilidade, consoante disposição constitucional.

A autonomia financeira é parte indissociável da autonomia política dos

poderes do Estado. A partir do momento em que o Poder Legislativo ficar subordinado a uma mera divisão burocrática do Executivo para ter acesso aos recursos que lhe são destinados, acabou-se a democracia no País. Não se deve culpar o Executivo pelo enfraquecimento do Poder Legislativo. É esta instituição que deve ser diretamente responsabilizada pelo seu próprio enfraquecimento.

A principal responsabilidade da nova legislatura é reabilitar a instituição congressual perante a opinião pública, restaurando o seu vigor para que ela possa funcionar na plenitude de suas prerrogativas constitucionais, de modo a que se promova o perfeito equilíbrio político que deve existir entre uma e outras. Para isso, é fora de dúvida que é preciso disciplinar o instituto das medidas provisórias, sem o que a democracia brasileira não passará de um simulacro de democracia.

O Congresso não poderá cruzar os braços para permitir que o Poder Executivo assumia a iniciativa da ação legislativa sem qualquer interferência da Casa que foi concebida para atuar nesse campo tão importante da vida política e social. Se continuar mergulhado na omissão e na indiferença, o Congresso estará cometendo um ato de suicídio de profundas e graves repercussões institucionais para o País. Não importa lembrar que o atual Presidente é um democrata, que tem origem na vida acadêmica e no próprio Parlamento. O que importa é restaurar o equilíbrio perdido para que não se perca o caminho da própria democracia.

■ Tarcísio Holanda é repórter de Política do Jornal de Brasília